

**HABEAS CORPUS Nº 494.018 - GO (2019/0046348-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DIONATTAN COUTRIN FIGUEIREDO**  
**ADVOGADO : DIONATTAN COUTRIN FIGUEIREDO - GO025687**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : IZAAC LOPES DE OLIVEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Izaac Lopes de Oliveira**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Goiás que, nos autos do Procedimento de Investigação Criminal n. 201900003396, decretou a prisão temporária do ora paciente.

Requer o impetrante a revogação da prisão temporária, sob a alegação de ausência de fundamentação idônea.

É o relatório.

Na espécie, **é inviável aferir a existência de aludida ilegalidade, pois a exordial não veio acompanhada da cópia da decisão que decretou a prisão temporária do paciente.**

Como é cediço, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em razão de seu escopo, natureza urgente, e por essa razão, não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, a qual deve trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado (STF - AgRg no HC 103.240/RS, Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 29/3/2011; HC n. 107.350/RS, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 19/5/2011; STJ - HC n. 197.183/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 30/06/2011; STJ - HC n. 119.702/PE, Ministra Jane Silva (Desembargadora Convocada do TJ/MG), Sexta Turma, DJe 2/3/2009).

Ante o exposto, nos termos do artigo 210 do RISTJ, **indefiro**

**liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

